



PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO

ATA DE REUNIÃO

ATA DA 3ª REUNIÃO DO SUBCOMITÊ DE ORÇAMENTO E FINANÇAS DE 1º GRAU

Data: 24 de setembro de 2025

Formato: Reunião Eletrônica/Assíncrona - Método FRAD(Fluxo Rápido de Aprovação

de Demandas)

1. Abertura

A reunião ocorreu pelo Método FRAD (Fluxo Rápido de Aprovação de Demandas), sendo encaminhados aos membros do Subcomitê e convidados, via correio eletrônico, a pauta estabelecida no convite de convocação, bem como os documentos mencionados no expediente (LOA 2026 - Quadro Síntese.pdf e Ofício Circular CSJT.GP.SG.SEOFI nº 41/2025).

2. Pauta da Reunião

Foram submetidos à ciência e manifestação dos membros os seguintes pontos:

- 1. Ampliação dos valores consignados na proposta orçamentária da Justiça do Trabalho para o exercício de 2026, decorrente da decisão do Supremo Tribunal Federal na ADI nº 7641, que reconheceu a exclusão das receitas próprias arrecadadas pelo Poder Judiciário do limite previsto na LC nº 200/2023.
- A recomposição orçamentária resultou em acréscimo de valores nas ações orçamentárias:

Ação Orçamentária	Esfera	GND	Fonte	Valor
Assistência Jurídica a Pessoas Carentes	F	3-ODC	1027	R\$ 619.920,00
Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	F	3-ODC	1027	R\$ 2.808.822,00

- Comparativo LOA 2025 x POA 2026:

Grupo da Despesa	LOA 2025	POA 2026	Variação		
Pessoal Ativo, Inativo e Pensionistas	R\$ 258.759.544	R\$ 264.108.263	2,08%		
Benefícios Assistenciais	R\$ 22.627.465	R\$ 29.140.046	28,8%		
Outras Despesas Correntes	R\$ 31.170.380	R\$ 34.599.122	11%		

- Informou-se, ainda, que os valores já foram lançados no SIGEO (LOA 2026 Quadro Síntese).
 - 2. Proposta de data para a 4º Reunião: 12/12/2025.

3. Discussão da Pauta

Após ciência dos membros:

- Foi registrada a ciência da ampliação dos valores consignados na proposta orçamentária de 2026;
- Foi registrada a ciência da proposta de realização da 4º reunião em 12/12/2025;
- Não houve manifestações dentro do prazo fixado (25/09/2025).

4. Encerramento

A reunião teve caráter essencialmente informativo, destinando-se ao compartilhamento de informações com os membros do Subcomitê, não havendo necessidade de deliberação ou de tomada de decisão acerca dos assuntos apresentados. Assim, encerraram-se os trabalhos sem deliberações a registrar. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada, sendo lavrada a presente ata por Júlio César Guimarães, para os devidos fins. Segue a presente Ata de Reunião assinada eletronicamente pelos participantes.

São Luís/MA, 26 de setembro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **JÚLIO CÉSAR GUIMARÃES**, **Secretaria de Orçamento e Finanças**, em 28/09/2025, às 19:19, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **MATHEUS BARRETO CAMPELLO BIONE**, **JUIZ SUBSTITUTO**, em 29/09/2025, às 15:30, conforme art. 1° , III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **CAMILA CAVALCANTE PEREIRA**, **Diretora de Secretaria**, em 29/09/2025, às 16:45, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **GABRIELLE AMADO BOUMANN**, **JUIZA SUBSTITUTA**, em 30/09/2025, às 07:36, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FERNANDA CRISTINA MUNIZ MARQUES**, **Diretora-Geral**, em 30/09/2025, às 08:05, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **TÁLIA BARCELOS HORTEGAL BRAGA**, **JUIZA SUBSTITUTA**, em 30/09/2025, às 09:59, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **SÍLVIA MARIA PONTES DE CASTRO**, **Analista Judiciário**, em 30/09/2025, às 12:05, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ALESSANDRA SOARES GALVÃO DE CARVALHO**, **Diretora de Secretaria**, em 30/09/2025, às 14:11, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **MANOEL JOAQUIM NETO**, **JUIZ TITULAR DE VARA**, em 30/09/2025, às 14:34, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **GLENNYO CLAY SANTOS BATALHA**, **Diretor de Secretaria**, em 01/10/2025, às 08:15, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **GEORGE ADRIANO DE OLIVEIRA COSTA**, **Secretário-Geral da Presidência**, em 01/10/2025, às 16:33, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **SERGEI BECKER**, **Juiz Auxiliar da Presidência**, em 01/10/2025, às 19:28, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <u>Autenticar Documentos</u> informando o código verificador **0294761** e o código CRC **DE53A18E**.

Referência: Processo nº 000002144/2025 SEI nº 0294761





PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA DO TRABALHO CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

OFÍCIO CIRCULAR CSJT.GP.SG.SEOFI N.º 41/2025

Brasília, data conforme a assinatura eletrônica.

A Sua Excelência a Senhora Desembargadora MÁRCIA ANDREA FARIAS DA SILVA Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região São Luís - MA

Assunto: Ampliação de limites para o exercício de 2026.

Senhora Desembargadora Presidente,

Cumprimentando-a, comunico a Vossa Excelência que, em decorrência de decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal na Ação Direta de Inconstitucionalidade n.º 7641, houve ampliação dos valores consignados na proposta orçamentária da Justiça do Trabalho para o exercício financeiro de 2026.

A decisão reconheceu a exclusão dos valores provenientes de receitas próprias arrecadadas pelo Poder Judiciário do limite estabelecido pela Lei Complementar n.º 200, permitindo a recomposição do orçamento com a devida observância ao regime fiscal vigente.

Diante disso, informo que os recursos adicionais atendem aos pleitos de todos os Tribunais Regionais do Trabalho e foram alocados nas ações orçamentárias de Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho e/ou de Assistência Jurídica a Pessoas Carentes, de forma a potencializar a consecução das atividades da Justiça do Trabalho, assegurando maior efetividade na prestação jurisdicional.

Ademais, destaco que os correspondentes itens de planejamento foram incluídos na proposta orçamentária de cada Tribunal Regional do Trabalho, no Sistema Integrado de Gestão Orçamentária (Sigeo).

Renovo protestos de elevada estima e consideração. Atenciosamente,

Ministro **ALOYSIO CORRÊA DA VEIGA**Presidente do Conselho Superior da Justiça do Trabalho



Documento assinado eletronicamente por **ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA**, **PRESIDENTE**, em 15/09/2025, às 17:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no inciso I do art. 4° da Lei n° 14.063, de 23 de setembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tst.jus.br/sei/controlador_ext externo=0 informando o código https://sei.tst.jus.br/sei/controlador_ext

15117 - Tribunal Regional do Trabalho da 16a. Região - Maranhão

Unidade: 15117 - Tribunal Regional do Trabalho da 16a. Região - Maranhão

Quadro Síntese	•							s de Todas as Fontes
Código / Esp	ecificação			Lei+Créditos 2024	Empenhado 2024	PLO 2025	LOA 2025	PLO
Total	•			326.212.643	320.859.793	314.842.940	314.842.940	2026 327.847.43 1
Programa								
	rama de Gestão e Manu	tenção do Poder		326.077.073	320.724.229	311.670.734	311.670.734	326.810.027
Judio 0909 Oper		Encargos Especi	ais	135.570	135.564	856.655	856.655	1.037.404
0909 Operações Especiais: Outros Encargos Especiai0999 Reserva de Contingência						2.315.551	2.315.551	
02 Judio	ciária			293.354.526	288.001.682	282.492.016	282.492.016	289.830.981
09 Previ	idência Social			32.722.547	32.722.547	29.178.718	29.178.718	36.979.046
28 Enca	rgos Especiais			135.570	135.564	856.655	856.655	1.037.404
99 Rese	erva de Contingência					2.315.551	2.315.551	
Subfunção								
061 Ação	Judiciária			721.000	721.000	300.000	300.000	1.080.000
122 Admi	inistração Geral			232.802.902	232.500.845	228.692.283	228.692.283	234.108.230
131 Com	unicação Social			167.490	115.507	167.490	167.490	123.010
272 Previ	idência do Regime Estat	utário		32.722.547	32.722.547	29.178.718	29.178.718	36.979.046
331 Prote	eção e Benefícios ao Tra	balhador		23.097.678	23.097.610	22.627.465	22.627.465	29.140.046
846 Outro	os Encargos Especiais			36.701.026	31.702.284	31.561.433	31.561.433	26.417.099
999 Rese	erva de Contingência					2.315.551	2.315.551	
Grupo de De	spesa							
1 Pess	oal e Encargos Sociais			267.206.419	261.964.067	258.729.544	258.729.544	264.108.263
3 Outra	as Despesas Correntes			52.728.773	52.619.379	52.287.295	52.287.295	62.394.158
4 Inves	stimentos			6.277.451	6.276.346	1.510.550	1.510.550	1.345.010
9 Rese	erva de Contingência					2.315.551	2.315.551	
Fonte	1-PES	2-JUR	3-ODC	4-INV	5-IFI	6-AMT	9-RES	Total
1000	227.129.217		51.532.111	1.345.010				280.006.338
1027			3.428.742					3.428.742
1050			94.905					94.905
1056	36.979.046							36.979.046
1138			7.338.400					7.338.400
Total	264.108.263		62.394.158	1.345.010				327.847.431

R\$ 1,00

Unidade: 15117 - Tribunal Regional do Trabalho da 16a. Região - Maranhão

Programática I			Programa/Ação/Subtítulo/Produto	Funcional		Esf	GND	RP	Mod	ΙU	Fte	Valor
033	umatiou		Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário	, u	noionai		CND	/ 11	Mod	+	7 10	326.810.0
033			Atividades			Į.	l	l		ļ		264.451.2
033	2004		Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados,	02	331					1		13.254.6
033		0021	Militares e seus Dependentes Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados,	02	551							13.254.6
033	2004	0021	Militares e seus Dependentes - No Estado do Maranhão (Seq: 608)									13.234.0
						F	3 - ODC	1	90	0	1000	13.254.6
033	20TP		Ativos Civis da União	02	122	ļ				Ì	11	200.712.1
033	20TP	0021	Ativos Civis da União - No Estado do Maranhão (Seq: 609)									200.712.1
						F	1 - PES	1	90	0	1000	200.141.8
				<u> </u>		F	1 - PES	1	91	0	1000	570.2
033	212B		Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e	02	331							15.885.3
033	212B	0021	seus Dependentes Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e									15.885.3
			seus Dependentes - No Estado do Maranhão (Seq: 610)			F	3 - ODC		90		1000	
				ļ		F	3 - 000	1	90	0	1000	15.885.3
	216H		Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos	02	122							20.0
033	216H	0021	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado do Maranhão (Seq: 611)									20.0
			Produto: Agente público beneficiado (unidade): 2			F	3 - ODC	2	90	0	1000	20.0
033	2191		Publicidade Institucional e de Utilidade Pública	02	131	ļ	ļ	ļ		ł	·	123.0
033	2191	0021	Publicidade Institucional e de Utilidade Pública - No Estado do Maranhão	02	131							123.0
			(Seq: 612)			_					4000	
			Produto: Conteúdo divulgado (unidade): 450	<u> </u>		F	3 - ODC	2	90	0	1000	123.0
033	4224		Assistência Jurídica a Pessoas Carentes	02	061							1.080.
033	4224	0021	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes - No Estado do Maranhão (Seq:									1.080.
			613) Produto: Pessoa assistida (unidade): 479			F	3 - ODC	1	90	0	1000	383.
						F	3 - ODC	1	90	0	1027	619.
						F	3 - ODC	1	91	0	1000	76.0
033	4256		Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	02	122		1			†	1	33.376.
033	4256	0021	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado do Maranhão									33.376.
			(Seq: 614) Produto: Processo julgado (unidade): 39.169			F	3 - ODC	2	90	0	1000	21.783.
			1 Todate. 1 Todaso Julgado (umadao). 66.166			F	3 - ODC	2	90	0	1027	2.808.
						F	3 - ODC	2	90	0	1050	94.
						F	3 - ODC	2	90	0	1138	7.338.4
						F	3 - ODC	2	91	0	1000	5.0
				<u> </u>		F	4 - INV	2	90	0	1000	1.345.0
			Operações Especiais				,					62.358.
	0181		Aposentadorias e Pensões Civis da União	09	272							36.979.
033	0181	0021	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Maranhão (Seq: 615)									36.979.0
						S	1 - PES	1	90	0	1056	36.979.0
			Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio	02			¦	ł		ł	†	25.379.0
033	09HB	0004	do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	1	846							
033	09HB	0021	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do	'								25.379.6
			Maranhão (Seq: 616)									
						F	1 - PES	0	91	0	1000	25.379.6
909			Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	Ϊ'''']	Ĭ		T		1.037.4
			Operações Especiais						1			1.037.
	00S6 00S6	0024	Benefício Especial - Lei nº 12.618, de 2012 Benefício Especial - Lei nº 12.618, de 2012 - No Estado do Maranhão	28	846							1.036. 4
909	0056	0021	(Seq: 617)									1.030.4
			` · · /			F	1 - PES	1	90	0	1000	1.036.4
	00.73		Compensação Financeira entre o RPPSU e os demais RPPS dos entes	28	846	······	·····	¦	······	·····	† <u> </u>	1.0
	00X3	0004	federados	20	040							
909	00X3	0001	Compensação Financeira entre o RPPSU e os demais RPPS dos entes federados - Nacional (Seg: 618)									1.0
			(S	1 - PES	1	90	0	1000	1.0
			.1	ل		l	L	L	l	ل	لــــــل	